

PGM

**PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

BOLETIM NORMATIVO

Nº 06/21

CORONAVÍRUS

atualizado até 10 de setembro de 2021

SUMÁRIO

DECRETOS MUNICIPAIS.....	3
DECRETOS EM VIGOR.....	3
DECRETOS REVOGADOS.....	11
DECRETOS SEM EFEITO.....	25
ENUNCIADOS INTERPRETATIVOS.....	26
PARECERES RELACIONADOS - PGM.....	27
DEMAIS NORMATIVAS RELEVANTES.....	28
DECRETOS ESTADUAIS.....	31
DECRETOS EM VIGOR.....	31
DECRETOS REVOGADOS.....	48
PORTARIAS SES.....	49
DEMAIS NORMATIVAS RELEVANTES.....	57
NORMATIVAS FEDERAIS.....	59
LEIS E EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	59
MEDIDAS PROVISÓRIAS.....	67
DECRETOS.....	70
PORTARIAS.....	73
OUTRAS NORMATIVAS.....	78

DECRETOS MUNICIPAIS

DECRETOS EM VIGOR

[DECRETO Nº 21.160, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021 e Anexo único](#)

Altera o [Decreto nº 20.892](#), de 9 de janeiro de 2021, para alterar o Anexo único.

[DECRETO Nº 21.147, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021](#)

Altera os incs. IV e V do art. 7º, o inc. I do art. 8º, o caput do art. 9º, a al. i do inc. II do art. 12; inclui o parágrafo único no art. 9º, o art. 13-A; e revoga os incs. III, VI e IX do art. 7º, as als. a, b e c do inc. I e os incs. II e III do art. 8º, os incs. I, II e III do art. 9º, o inc. I do art. 10, as als. b e h do inc. II do art. 12, o art. 13 do [Decreto nº 20.747](#), de 1º de outubro de 2020, para adequar os protocolos sanitários para o retorno às atividades de ensino.

[DECRETO Nº 21.138, DE 20 DE AGOSTO DE 2021](#)

Altera o Anexo do [Decreto nº 20.892](#), de 9 de janeiro de 2021.

Flexibilizações nos protocolos variáveis para a maioria das atividades econômicas.

[DECRETO Nº 21.131, DE 13 DE AGOSTO DE 2021](#)

Altera o inc II e o § 3º no art. 22, o § 1º do art. 33, o § 11 do art. 35, o caput e os §§ 1º e 2º do art. 36, inclui os §§ 4º, 5º e 6º no art. 22, os §§ 3º e 4º no art. 36 e revoga o § 2º do art. 22, os incs. I e II do caput do art. 36 e o caput e parágrafo único do art. 37 do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para adequar quanto as regras do transporte coletivo de passageiros e à Administração Pública Municipal, e revoga o art.12 do [Decreto nº 21.040](#), de 19 de maio de 2021.

[DECRETO Nº 21.130, DE 13 DE AGOSTO DE 2021](#)

Altera o caput do art. 6, o inc. I do art. 7º, als. 'a' e 'c' do inc. I; 'b', 'c' e 'd' do inc. II; 'a' do inc. III do art. 9º, al. 'a' e 'b' do inc I, os incs. II e IV no art. 10, o inc. II do art. 13, o Anexo II, inclui os incs. I e II no art. 6º, o § 2º no art. 10, renumera o parágrafo único para § 1º no art. 10, revoga o inc. IV do art. 8º, no [Decreto nº 20.747](#), de 1º de outubro de 2020, para adequar os protocolos sanitários para o retorno às atividades de ensino, e altera o inc. I do art. 11 do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para adequar as regras das atividades de ensino.

[DECRETO Nº 21.129, DE 13 DE AGOSTO DE 2021](#)

Altera o Anexo do [Decreto nº 20.892](#), de 9 de janeiro de 2021, no que diz respeito aos PROTOCOLOS DE ATIVIDADE OBRIGATÓRIOS, VARIÁVEIS E PRÓPRIOS DA REGIÃO DA SAÚDE 10.

[DECRETO Nº 21.122, DE 29 DE JULHO DE 2021](#)

Prorroga o mandato da gestão 2018-2020 do Conselho Municipal do Idoso (COMUI) em decorrência da Crise do novo Coronavírus (COVID-19) e da inviabilidade de realização das eleições.

[DECRETO Nº 21.114, DE 16 DE JULHO DE 2021 e ANEXO](#)

Altera o inc. II do art. 16 do Decreto nº 20.889, de 4 de janeiro de 2021, para adequar a regra de ocupação no transporte coletivo de passageiros; os incs. IX e X do art. 6º e o art. 9º do [Decreto nº 20.891](#), de 9 de janeiro de 2021, para adequar os protocolos sanitários gerais e setorizados de funcionamento de atividades; o Anexo Único do Decreto nº 20.892, de 9 de janeiro de 2021; e revoga a Seção II do Capítulo III do Título III do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021; o inc. XLIV do art. 2º, os incs. III e VI do art. 5º, e os incs. IV, V, XI e a al. o do inc. XII do art. 6º do Decreto nº 20.891, de 9 de janeiro de 2021.

[DECRETO Nº 21.069, DE 15 DE JUNHO DE 2021](#)

Altera o caput dos arts. 19 e 22 e revoga os §§ 1º e 2º do art. 22 do [Decreto nº 20.542](#), de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19)

[DECRETO Nº 21.068, DE 15 DE JUNHO DE 2021](#)

Revoga o art. 17 do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, que reitera o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 21.066, DE 9 DE JUNHO DE 2021](#)

Inclui o inc. X no caput do art. 2º do [Decreto nº 21.020](#), de 4 de maio de 2021, para incluir 1 (um) representante na composição do Comitê de Operações de Emergência em Saúde para a Educação de Porto Alegre (COE Municipal de Porto Alegre).

[DECRETO 21.040, DE 19 DE MAIO DE 2021](#)

Altera o Título III, o Capítulo II, o caput e o § 1º do art. 6º, o inc. II do art. 8º, o caput e o inc. I do art. 13, o inc. I do art. 17, o art. 22, o art. 28, o §11º do art. 35, o caput e o § 2º do art. 36, o parágrafo único do art. 37 e inclui o art. 2º-A e revoga a Seção II do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para instituir o Comitê de Saúde da covid-19, adequar as regras das medidas para o controle sanitário e epidemiológico, adequar as regras quanto à Administração Pública Municipal e atualizar a coordenação das ações de fiscalização de competência municipal; altera a ementa, o art. 1º, o art. 2º, inclui o art. 2-A e o anexo único no Decreto nº 20.892, de 9 de janeiro de 2021, para adequar as regras quanto ao Plano Estruturado de Prevenção e Enfrentamento à Pandemia de

COVID-19 e dos protocolos de atividades variáveis próprios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre e instituir o Comitê Técnico Regional; altera o art. 6º Decreto nº 20.747, de 1 de outubro de 2020, para adequar as regras de distanciamento físico na educação infantil; altera o inc. VIII e inclui o inc. IX no art. 2º o Decreto nº 21.020, de 4 de maio de 2021, para incluir e adequar a composição do COE Municipal de Porto Alegre.

DECRETO Nº 21.030, DE 10 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a requisição administrativa de serviços, empregados e professores da rede privada do ensino infantil e fundamental, diante da urgência e necessidade de retorno às aulas presenciais na rede pública municipal.

DECRETO Nº 21.020, DE 4 DE MAIO DE 2021

Institui o Comitê de Operações de Emergência em Saúde para a Educação de Porto Alegre (COE Municipal de Porto Alegre).

DECRETO Nº 21.006, DE 24 DE ABRIL DE 2021

Altera o caput do art. 10, inclui o § 3º no art. 22, o § 11 no art. 35, o § 2º no art. 36, renumera o parágrafo único para § 1º no art. 36 e revoga o art. 25-A no [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para adequar as regras quanto ao manejo do cadáver; ao retorno dos vacinados ao trabalho presencial da Administração Municipal; e aos espaços culturais municipais.

DECRETO Nº 21.004, DE 20 DE ABRIL DE 2021

Autoriza a contratação de Auxiliares de Farmácia, Enfermeiros, Farmacêuticos e Técnicos em Enfermagem, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 2º, incs. I e II, da Lei nº 7.770, de 19 de janeiro de 1996.

DECRETO Nº 21.002, DE 20 DE ABRIL DE 2021

Inclui o inc. V e o parágrafo único no art. 17 do [Decreto nº 17.480](#), de 22 de novembro de 2011, dispondo sobre a preservação da totalidade dos documentos produzidos e/ou recebidos no âmbito da Administração Pública Municipal durante a pandemia de COVID-19.

DECRETO Nº 20.992, DE 12 DE ABRIL DE 2021

Altera o caput do art. 44 do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, que reitera o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.542, DE 9 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e altera o caput do art.9º do Decreto nº 20.325, de 6 de agosto de 2019.

[DECRETO Nº 20.990, DE 10 DE ABRIL DE 2021](#)

Altera os incs. II e III do art. 8º, o caput do art. 16, o § 1º do art. 35 e inclui os incs. I e II no parágrafo único no art. 16 do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para adequar as regras de feiras livres, do transporte coletivo de passageiros e do trabalho remoto da Administração Municipal.

[DECRETO Nº 20.966, DE 15 DE MARÇO DE 2021](#)

Altera os capita dos arts. 14, 19 e 22; inclui o § 2º no art. 22; renumera o parágrafo único em § 1º no art. 22 e revoga o parágrafo único do art. 14 e o art. 23, todos do [Decreto nº 20.542](#), de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.965, DE 12 DE MARÇO DE 2021](#)

Altera o vencimento da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos casos relativos à prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, como profissionais autônomos, que ocorreria nos meses de março e abril 2021, nos termos em que define.

[DECRETO Nº 20.958, DE 5 DE MARÇO DE 2021](#)

Inclui o inc. XXV no § 2º do art. 3º e o art. 17-A no [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para incluir integrante no Conselho Multissetorial para o Enfrentamento da COVID-19 (COMUECOVID) e estabelecer a vedação da utilização do cartão TRI de Passagem Escolar.

[DECRETO Nº 20.957, DE 3 DE MARÇO DE 2021](#)

Prorroga o mandato da gestão 2018-2020 do Conselho Municipal do Idoso (COMUI) em decorrência da Crise do novo Coronavírus (COVID-19) e da inviabilidade de realização das eleições.

[DECRETO Nº 20.953, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021](#)

Altera o caput do art. 16 e o § 1º do art. 35; inclui o art. 25-A do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para adequar a capacidade de passageiros no transporte coletivo; vedar o funcionamento de espaços culturais municipais; e determinar a modalidade excepcional de trabalho remoto para a Administração Pública.

[DECRETO Nº 20.947, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021](#)

Requisita os serviços e equipamentos da Associação Beneficente São Miguel (ABSM), gestora integral do Hospital Beneficência Portuguesa, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.946, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021](#)

Altera o caput e o § 1º do art. 2º do [Decreto nº 20.892](#), de 9 de janeiro de 2021, para adequar as medidas segmentadas aplicáveis pelo Plano de Cogestão Regional.

[DECRETO Nº 20.942, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021](#)

Prorroga até 31 de dezembro de 2021 o vencimento da vida útil dos veículos que já integravam a frota do Transporte Seletivo por Lotação do Município de Porto Alegre em 2 de abril de 2020, data de decretação do estado de calamidade pública para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.941, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021](#)

Altera a al. f do inc. II do art. 5º, o inc. IX do art. 7º, o inc. V do art. 8º, os incs. II e V no art. 10, a al. a do inc. III do art. 11, o inc. III do art. 13, o Anexo II e inclui os incs. VIII e IX e o parágrafo único no art. 10, incluídas as als. i a n do inc. I e as als. i a k no inc. II do art. 12, o Anexo III e revoga o art. 6º do [Decreto nº 20.747](#), de 1º de outubro de 2020, e o inc. III do art. 13 e o inc. II do art. 17 do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para adequar os canais para fins de comunicação, regras de distanciamento nas salas de professores e de descanso, de realização de reuniões de caráter pedagógico, de detecção precoce dos casos, de mitigação da cadeia de transmissão, de cuidados com os ambientes, do transporte escolar; adequar as regras de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, e; afastar a vedação da utilização do cartão TRI por estudantes.

[DECRETO Nº 20.901, DE 25 DE JANEIRO DE 2021](#)

Revoga as als. b, c e n do inc. XII do art. 6º do [Decreto nº 20.891](#), de 9 de janeiro de 2021 referente aos protocolos sanitários nos estabelecimentos e nos serviços de atividades esportivas, de condicionamento físico e de ensino de dança ou esportivo.

[DECRETO Nº 20.894, DE 21 DE JANEIRO DE 2021](#)

Altera o a Seção III e inclui o inc. XII no art. 6º do [Decreto nº 20.891](#), de 9 de janeiro de 2021, para dispor sobre protocolos de funcionamento nos estabelecimentos e nos serviços de atividades esportivas, de condicionamento físico e de ensino de dança ou esportivo, inclusive nos centros de treinamento, estúdios e os serviços de educação física, e; altera o inc. II do art. 36 do Decreto nº 20.889, de 4 de janeiro de 2021, para

incluir os portadores de obesidade grau III (obesidade mórbida) na modalidade excepcional de trabalho remoto obrigatório.

[DECRETO Nº 20.891, DE 9 DE JANEIRO DE 2021](#)

Estabelece protocolos sanitários gerais e setORIZADOS de funcionamento de atividades para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.892, DE 9 DE JANEIRO DE 2021](#)

Adota Plano Estruturado de Prevenção e Enfrentamento à Epidemia da COVID-19 (Plano de Cogestão Regional), estabelecendo medidas segmentadas específicas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.890, DE 5 DE JANEIRO DE 2021](#)

Altera os incs. I e II do art. 17 e inclui o parágrafo único no art. 16 do [Decreto nº 20.889](#), de 4 de janeiro de 2021, para dispensar a obrigação do uso de máscara no transporte coletivo nas situações que menciona e alterar as regras de utilização do cartão TRI.

[DECRETO Nº 20.889, DE 4 DE JANEIRO DE 2021](#)

Reitera o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.849, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020 \(REPÚBLICAÇÃO\)](#)

Altera os capítulos do art. 15, do art. 16, art. 19, do art. 22, o parágrafo único do art. 24, o caput e o parágrafo único do art. 25, inclui os arts. 15-A e 19-A, revoga os incs. I e II e parágrafo único do art. 15 e o art. 26 do Decreto nº 20.542, de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.849, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Altera os capítulos do art. 15, do art. 16, art. 19, do art. 22, o parágrafo único do art. 24, o caput e o parágrafo único do art. 25, inclui os arts. 15-A e 19-A, revoga os incs. I e II e parágrafo único do art. 15 e o art. 26 do Decreto nº 20.542, de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.842, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Prorroga até 31 de dezembro de 2021 o vencimento da vida útil dos veículos que já integravam as frotas do transporte individual por táxi ou do transporte escolar do Município de Porto Alegre em 2 de abril de 2020, data de decretação do estado de calamidade pública para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.798, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Altera o caput e o parágrafo único do art. 4º do [Decreto nº 20.747](#), de 1º de outubro de 2020 - que institui os protocolos sanitários para o retorno às atividades de ensino e altera o caput e o § 3º do art. 42 e inclui o parágrafo único no art. 40 e o §4º no art. 42 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020.

[DECRETO Nº 20.752, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Altera os §§ 1º e 3º no art. 8º, os §§ 3º e 5º e o inc.II do § 4º no art. 13, o inc. II do caput e o § 3º do art. 15, o caput do art. 17; o caput do art. 67 e inclui o inc. V no caput do art. 15, os incs. I a V no caput do art. 17, os §§ 5º, 6º no art. 18, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir comércio e restaurantes aos domingos, permitir academias aos sábados, ampliar a lotação máxima para escritórios de advocacia, contabilidade e do ramo imobiliário, permitir o ingresso de pessoas nas bancas do mercado público, permitir o uso de áreas de lazer em condomínios, permitir, ações de conscientização e de caráter social em vias e logradouros públicos e altera o parágrafo único e inclui o § 2º e renumera o parágrafo único para §1º no art. 7º do [Decreto nº 20.747](#), de 1º de outubro de 2020, para alterar regras na educação infantil. Revogados os artigos 1º a 6º pelo [Decreto Nº 20.887](#).

[DECRETO Nº 20.747, DE 1º OUTUBRO DE 2020](#)

Institui os protocolos sanitários para o retorno às atividades de ensino e altera o caput e o § 3º do art. 42 e inclui o parágrafo único no art. 40 e o § 4º no art. 42 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020. Revogados os artigos 14 e 15 pelo [Decreto Nº 20.887](#).

[DECRETO Nº 20.726, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Altera o caput dos arts. 15, 16, 19 e 22, todos do [Decreto nº 20.542](#), de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

DECRETO Nº 20.715, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece, no âmbito municipal, os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos nos termos da [Lei Federal nº 14.017](#), de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

DECRETO Nº 20.698, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Altera o § 1º do art. 8º, inc. IV do caput do art.16, inclui os §§ 3º e 4º no art. 8º, o § 7º no art. 13, o inc. IV no § 1º do art. 16, o § 4º no art. 17, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para alterar horário de funcionamento de shoppings centers, alterar horário de funcionamento do comércio no aeroporto, e permitir esportes individuais e altera o caput do art. 4º do Decreto nº 20.629, de 25 de junho de 2020, para alterar a maneira das informações a serem prestadas para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), e dá outras providências.

Revogados os artigos 1º a 4º pelo [Decreto Nº 20.887](#).

DECRETO Nº 20.688, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta o Programa Municipal Temporário de Transferência de Renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), criado pela Lei Complementar nº 887, de 24 de julho de 2020.

DECRETO Nº 20.674, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a realização de processo seletivo simplificado para a contratação de Técnicos em Tratamento de Água e Esgotos, Fresador, Operadores de Máquinas Especiais, Soldadores Industriais e Técnico Industrial, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 12.715, de 16 de julho de 2020, sem cobrança de taxa de inscrição.

DECRETO Nº 20.658, DE 17 DE JULHO DE 2020

Altera o caput e o parágrafo único do art. 2º, os capita do art. 6º e do art. 7º, o caput e o parágrafo único do art. 13, os capita do art. 14, do art. 25, do art. 27, do art. 28 e do art. 29; e inclui os incs. I a III nos capita do art. 27 e do art. 28, do [Decreto nº 20.542](#), de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e altera o caput do art. 73 do [Decreto nº 20.625](#), de 2020, de 23 de junho de 2020, que decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

Revogado o artigo 12 pelo [Decreto Nº 20.887](#).

[DECRETO Nº 20.655, DE 13 DE JULHO DE 2020](#)

Dispõe sobre o licenciamento urbanístico e ambiental de projetos prioritários para a retomada econômica no Município em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), cria o Comitê Especial de Monitoramento de Projetos Prioritários (CEMPP).

[DECRETO Nº 20.632, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera os incs. II ao VII do art. 2º, o caput do art. 3º e o Anexo I; inclui os incs. VIII e IX e o § 2º no art. 2º, o § 4º no art. 3º; e renumera o parágrafo único em § 1º no art. 2º do [Decreto nº 20.629](#), de 25 de junho de 2020, que determina aos Hospitais, aos Laboratórios e a quaisquer outros serviços autorizados a realizar testes diagnósticos para o novo Coronavírus (COVID-19), públicos e privados, e encaminhar as informações para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), com objetivo de colaborar no desenvolvimento de ações e medidas necessárias para a promoção e proteção da saúde pública e controle da COVID19 no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.629, DE 25 DE JUNHO DE 2020](#) alterado pelo
[DECRETO Nº 20.632, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#)

Determina aos Hospitais, aos Laboratórios e a quaisquer outros serviços autorizados a realizar testes diagnósticos para o novo Coronavírus (COVID-19), públicos e privados, e encaminhar as informações para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), com objetivo de colaborar no desenvolvimento de ações e medidas necessárias para a promoção e proteção da saúde pública e controle da COVID-19 no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.609, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Versa sobre o funcionamento da CEM e da JARI.

Altera os capta dos arts. 15, 16, 19, 22 e 23, o caput e o parágrafo único do art. 25, e inclui o parágrafo único no art. 22, todos do [Decreto nº 20.542](#), de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.577, DE 14 DE MAIO DE 2020](#)

Institui a operação de força-tarefa no âmbito da Administração Direta e Indireta Municipal com a finalidade de atender o aumento das atividades nas demandas à população durante o período de prevenção e combate ao novo Coronavírus.

[DECRETO Nº 20.569, DE 6 DE MAIO DE 2020](#)

Altera o § 1º do art. 1 e o inc. VII do art. 2º, ambos do [Decreto nº 20.533](#), de 31 de março de 2020, que cria o Escritório de Fiscalização (EF), vinculado ao Gabinete de Prefeito (GP), para coordenar as ações de fiscalização de competência municipal de forma integrada, composto por todos os órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta.

[DECRETO 20.542 DE 09 DE ABRIL DE 2020](#) alterado pelos

[DECRETO Nº 20.658, DE 17 DE JULHO DE 2020](#)

[DECRETO Nº 20.609, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e altera o caput do art. 9º do [Decreto nº 20.325](#), de 6 de agosto de 2019.

[DECRETO 20.533 DE 31 DE MARÇO DE 2020](#) alterado pelo

[DECRETO Nº 20.569, DE 6 DE MAIO DE 2020](#)

Cria o Escritório de Fiscalização (EF), vinculado ao Gabinete de Prefeito (GP), para coordenar as ações de fiscalização de competência municipal de forma integrada, composto por todos os órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta; e inclui o inc. X no art. 2º do [Decreto nº 20.096](#), de 19 de novembro de 2018.

[DECRETO 20.532 DE 30 DE MARÇO DE 2020](#)

Determina aos Hospitais e aos Laboratórios, públicos e privados, o encaminhamento de informações para a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS), com objetivo de colaborar no desenvolvimento de ações e medidas necessárias para a promoção e proteção da saúde pública e controle do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre.

[DECRETO 20.515 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#)

Pessoas em situação de rua realocadas em abrigo, com a requisição administrativa do imóvel da Organização Irmandade Nossa Senhora dos Navegantes.

[DECRETO 20.509 DE 19 DE MARÇO DE 2020](#)

Reforço de leitos de UTI, com a requisição de equipamentos do Hospital Parque Belém.

DECRETOS REVOGADOS

[DECRETO Nº 20.887, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.889, de 4 de janeiro de 2021](#)

Decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.858, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o art. 5º do Decreto nº 20.853, de 16 de dezembro de 2020, para alterar a vigência.

[DECRETO Nº 20.853, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera os §§ 1º, 2º e 3º do art. 8º, o caput do art.11, o § 5º do art. 13, os incs. I e II do caput do art.19, todos do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para modificar os horários de funcionamento de estabelecimentos e de atividades que menciona, retirar a vedação de permanência em parques, praças e locais abertos, e alterar a capacidade para realização de missas, cultos e similares.

[DECRETO Nº 20.828, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020 \(REPUBLICAÇÃO\)](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera os §§ 1º, 2º e 3º do art. 8º, o caput do art.11, o § 9º do art. 12, o inc. XXXV e os §§ 5º, 6º e 11 do art. 13, o § 8º do art. 16, o § 3º do art. 17, o caput e os incs. I e II do art. 19, o inc. I do § 3º do art. 21; inclui o art. 11-A, o § 17 no art. 18, os incs. V e VI no § 3º do art. 21; e revoga o inc. XXXVII do caput e o § 14 do art. 13 e os §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 10, 11 e 12 do art. 18, todos do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para modificar os horários de funcionamento de estabelecimentos e de atividades que menciona, vedar aglomeração e permanência em espaços públicos, vedar uso de quadras esportivas em parques e praças, limitar o uso de academias em condomínios, mudar a capacidade para realização de missas, cultos e similares, alterar a ocupação das mesas em restaurantes, bares, lancherias e similares e vedar a permanência em pé nesses estabelecimentos, retira as permissões para realização de eventos.

[DECRETO Nº 20.823, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 10 do art. 13 e inclui os §§ 15 e 16 no art. 18 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir embarcações de turismo em sábados e domingos e a realização de exame vestibular.

[DECRETO Nº 20.815, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput do art. 11, o parágrafo único do art. 34; inclui os incs. VI e VII no caput do art. 17, o inc. IV no caput do art. 21, o inc. IV no caput do art. 22, o inc. V no caput do art. 23, o inc. IV no caput do art. 28 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020; altera a al. b do inc. II do art. 12 do [Decreto nº 20.747](#), de 1º outubro de 2020 e revoga o § 5º do art. 17 e § 9º do art. 18 do Decreto nº 20.625, de 2020 e o art. 5º do Decreto nº 20.629, de 25 de junho de 2020, para restringir aglomerações em ambientes privados, vedar a realização de eventos sociais, alterar

regras de uso comum em condomínios, alterar a regra de circulação de ar em ambientes, retirar a obrigatoriedade de manter o ar condicionado ligado nos ônibus, retirar a obrigatoriedade de informação dos estoques de equipamentos de proteção individual.

[DECRETO Nº 20.784, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera os §§ 1º, 2º e 3º do art. 8º, o inc. II do § 8º do art. 12, o inc. X do caput e o § 5º do art. 13, o caput e os §§ 2º e 3º do art. 42, e inclui o § 8º no art. 16, e revoga o § 5º - A do art. 13, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020; altera o caput do art. 7º, o inc. VII do caput do art. 8º, todos do [Decreto nº 20.747](#), de 1º de outubro de 2020, para ampliar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, inclusive em shoppings centers, retirar o limite de ocupação de estacionamento em supermercados, ampliar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, permitir o funcionamento de casas noturnas como restaurante, permitir o retorno das aulas no ensino superior e dá outras providências.

[DECRETO Nº 20.780, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 3º do art. 18, o caput do art. 63, o caput e os §§ 1º e 2º do art. 65; inclui o inc. XXXVIII no caput e os §§ 15, 16, 17, 18, 19 e 20 no art. 13, o §6º no art. 17; e revoga o inc. III do caput, os §§ 1º, 1º-A, 1º-B, 1º-C, 1º-D e 1º-E do art. 16, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir o amplo funcionamento dos centros de treinamento, centros de ginástica, clubes sociais, esportivos e similares, regram o uso de piscinas em condomínios residenciais, alterar as regras do drive-in, retirar a suspensão dos prazos para a interposição de reclamações e recursos tributários e permitir a retomada do atendimento ao público de forma presencial no âmbito da Administração Pública Municipal.

[DECRETO Nº 20.772, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput e inclui o § 5º no art. 42 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir ensino em geral como cursos de idiomas, esportes, artes, culinária e similares e altera a al. a do inc. II do art. 11 do [Decreto nº 20.747](#), de 1º de outubro de 2020, para reduzir o período para testagem daqueles que tiveram contato com sintomáticos.

[DECRETO Nº 20.767, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput do art. 17, o § 8º e o inc. II do § 10 do art. 18; inclui o § 5º no art. 17, o § 14 no art. 18; e revoga os arts. 32 e 47 no [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir visitantes nas áreas comuns dos condomínios, explicitar as regras aplicáveis às ações promocionais, incluir previsão sobre a dispensa de PPCI em multifeiras e food parks e sobre eventos que necessitem de licenciamento e revogar a proibição de uso do cartão TRI e a interdição de parques e praças aos idosos.

[DECRETO Nº 20.766, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput do § 12 do art. 13, o inc. III do § 7º do art. 18, o parágrafo único do art. 30, o inc. II do caput do art. 38 inclui o § 2º no art. 38 e renumera o parágrafo único para §1º no art. 38 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para incluir circos na regra de funcionamento, retirar a exigência de público sentado em feiras e exposições corporativas e comerciais, alterar critérios percentuais de redução da tabela horária do transporte coletivo, e permitir que motoristas, cobradores e fiscais maiores de 60 (sessenta) anos de idade, sem comorbidade, constem na escala de trabalho.

[DECRETO Nº 20.763, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput do art. 18, o inc. I do caput do art. 19, o inc. III do caput do art. 21, o inc. III do caput do art. 22, o inc. III do caput do art. 23, o inc. III do caput do art. 28; inclui os incs. XXXVI e XXXVII e os §§ 12 a 14 no art. 13, os §§ 7º a 10 no art. 18; e revoga o inc. III do § 8º do art. 13 e o inc. II do caput e o § 3º do art. 16, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para liberar cinemas, teatros, casas de espetáculos e similares privados, eventos sociais, corporativos e feiras de negócios privados, ações promocionais em espaços públicos, eventos culturais, Centros de Tradições Gaúchas (CTG), eventos esportivos, ampliar a capacidade de lotação das missas, cultos e similares.

[DECRETO Nº 20.761, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o inc. III do art. 19, o caput e o § 3º do art. 42 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir familiares agrupados em missas, cultos e similares e liberar o ensino fundamental e médio.

[DECRETO Nº 20.757, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera os §§ 3º e 7º do art. 13, o § 3º do art. 17, o § 3º do art. 22, inclui o inc. XXXV no caput e o § 11 no art. 13, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir quadras esportivas, excluir a restrição de dias para o funcionamento das academias, afastar a restrição para esportes coletivos e permitir o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids, playgrounds e espaços de jogos nos estabelecimentos.

[DECRETO Nº 20.756, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 2º do art. 13, o § 2º do art. 65, inclui os incs. XXXII a XXXIV no caput e os §§ 9º e 10 no art. 13, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir clubes de tiro, parques de diversão e embarcações de turismo, ampliação da ocupação dos salões de beleza e barbearias e retirar a vedação de comércio de ambulantes e a interdição de parques e praças.

[DECRETO Nº 20.749, DE 3 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput do art. 31 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para ampliar a lotação máxima no transporte coletivo, na Administração Pública.

DECRETO Nº 20.742, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera os §§ 2º e 3º do art. 8º, os §§ 2º, 5º e 7º no art. 13, o inc. II do caput e os §§ 1º e 3º do art. 16, parágrafo único do art. 19, o caput do art. 31, o caput do art. 43, inclui o inc. XXXI no caput e o § 8 no art. 13 e o § 3º no art. 42, e revoga o art. 33, todos do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para equalizar o funcionamento de estabelecimentos de prestação serviços ao comércio em shoppings, ampliar o horário de funcionamento de restaurantes, bares, padarias, lojas de conveniência, lancherias e similares, permitir esportes individuais e coletivos nos clubes de ginástica e centros de treinamento, ampliar o tempo de duração de cerimônias religiosas, ampliar a capacidade de lotação dos ônibus, permitir atividades presenciais para ensino profissionalizante e dá outras providências.

DECRETO Nº 20.727, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput dos §§ 4º e 5º no art. 13 e o § 1º no art. 15; e inclui os §§ 4º-A e 5º-A no art. 13, do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para alterar o teto máximo de ocupação dos serviços sociais autônomos e entidades sindicais, estabelecer o horário limite para ingresso de clientes em restaurantes e equiparar o funcionamento dos restaurantes do mercado público ao dos demais locais.

DECRETO Nº 20.721, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 7º do art. 13, o inc. IV do caput e o inc. IV do § 1º do art. 16, o § 4º do art. 17, o § 4º do art. 21; e inclui o art. 5º-A no [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para instituir Grupo Especial para análise e decisões sobre atividades de ensino e orientar quanto à prática de esportes individuais e coletivos e ao funcionamento do sistema de buffet para enfrentamento da epidemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

DECRETO Nº 20.720, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020 - REPUBLICAÇÃO

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 7º do art. 12, inc. IX do caput e o § 4º do art. 16 e o parágrafo único do art. 69-A e revoga o inc. VIII no art. 16 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir refeições na rede hoteleira, o funcionamento de restaurantes, bares, e similares nos parques e praças no período que menciona e interdita parques e praças nos sábados, domingos e feriados.

DECRETO Nº 20.720, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 7º do art. 12, inc. IX do caput e o § 4º do art. 16 e o parágrafo único do art. 69-A e revoga os incs. V e VIII no art. 16 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir refeições na rede hoteleira, o funcionamento de restaurantes, bares, e similares nos parques e praças no período que menciona e interdita parques e praças nos sábados, domingos e feriados.

[DECRETO Nº 20.711, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera os §§ 1º e 3º do art. 8º, o § 5º do art. 13, o caput e os incs. I e II do art. 19, inclui o parágrafo único ao art.19, e revoga o § 8º do art. 13, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para alterar dias e horários de funcionamento do comércio, restaurantes e shoppings centers, missas, cultos ou similares.

[DECRETO Nº 20.709, DE 27 DE AGOSTO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 3º no art. 12 e o § 2º no art. 18; inclui o § 3º-A no art. 12, o § 2º-A no art. 18 e o Anexo I e revoga os incs. I e II do § 3º do art. 12 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para alterar funcionamento das feiras livres.

[DECRETO Nº 20.700, DE 20 DE AGOSTO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Inclui o § 8º no art. 13 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para alterar horário de funcionamento de restaurantes e similares localizados em shoppings centers.

[DECRETO Nº 20.687, DE 14 DE AGOSTO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 1º do art. 8º e o § 6º do art. 13; inclui o § 9º no art. 12 e os §§ 3º, 4º e 5º no art. 21, do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para reger restaurantes, bares, lancherias, padarias e lojas de conveniência, restringe agências de turismo, e dá outras providências, e revoga o parágrafo único do art. 9º do [Decreto nº 20.683](#), de 10 de agosto de 2020.

[DECRETO Nº 20.683, DE 10 DE AGOSTO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput e os §§ 1º e 2º do art. 8º, o caput do art. 10, o art. 13, o caput do art. 17, o art. 19, o caput do art. 31; inclui o § 2º no art. 10, o inc. III no § 1º do art. 16, o § 3º no art. 17, os incs. IV e V no § 1º e os § 4º, no art. 22; renumera o parágrafo único para § 1º no art. 10; revoga o § 3º do art. 8º, o § 2º-A do art. 12; o art. 14; o inc. VII, do caput do art. 16, e o § 1º do art. 21, todos do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir o funcionamento de estabelecimentos e atividades.

[DECRETO Nº 20.682, DE 7 DE AGOSTO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Versa sobre protocolo de segurança nos treinos e jogos de futebol profissional. Altera o § 1º-D do art. 16 do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, e revoga o parágrafo único do art. 3º do [Decreto nº 20.670](#), de 31 de julho de 2020 e o Decreto nº 20.671, de 4 de agosto de 2020.

[DECRETO Nº 20.676, DE 6 DE AGOSTO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput e o § 1º do art. 15; inclui o § 3º no art. 8º, o inc. XXXIV no caput e o § 1º-A no art. 13, os incs. I ao IV no caput e os §§ 3º ao 5º no art. 15; e revoga os §§ 5º, 6º e 7º do art. 16 e o art. 31-A do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir o funcionamento dos estabelecimentos comerciais no período que menciona.

[DECRETO Nº 20.671, DE 4 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera o parágrafo único do art. 3º do [Decreto nº 20.670](#), de 31 de julho de 2020, para modificar a vigência do art. 2º do Decreto nº 20.670, de 31 de julho de 2020.

[DECRETO Nº 20.670, DE 31 DE JULHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o caput e os incs. I e V do § 1º-A no art. 16; e inclui o § 2º-A no art. 12, o inc. X no § 1º-A e os §§ 1º-C, 1º-D e 1º-E no art. 16 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir serviço de pagamento em estabelecimentos comerciais e a realização de partidas de futebol profissional.

[DECRETO Nº 20.667, DE 30 DE JULHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Inclui o parágrafo único no art. 44, o art. 69-A e a Seção IV-A no Capítulo VIII do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, que decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, no Município de Porto Alegre.

[DECRETO Nº 20.656, DE 13 DE JULHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o § 1º do art. 8º, o caput e o § 1º do art. 14, o caput, inclui os §§ 2º e 3º e renumera o Parágrafo único para parágrafo § 1º no art. 52 e revoga o § 2º do art. 14º no [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, que decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

[REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 20.653, DE 10 DE JULHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o inc. III do caput e inclui os §§ 1º-A e 1º-B no art. 16 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir treinamento profissional.

[DECRETO Nº 20.653, DE 10 DE JULHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o inc. III do caput e inclui os §§ 1º-A e 1º-B no art. 16 do [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para permitir treinamento profissional.

[DECRETO Nº 20.639, DE 5 DE JULHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Versa sobre restrições mais rigorosas aos estabelecimentos comerciais, inclui a vedação a estacionamentos e área azul, fecha para circulação a Orla do Guaíba e outros parques,

e delimita o uso do TRI a profissionais de serviços essenciais.

Altera o caput do § 8º do art. 12, o § 2º do art. 13, o caput do art. 14; o caput e o parágrafo único do art. 15, o caput do art. 17, o caput do art. 19, inclui os incs. I a IV no § 8º do art. 12, o § 2º no art. 15, os incs. VII ao IX no caput e os §§ 4º ao 7º no art. 16, o art. 31-A, o § 2º no art. 42; renumera o parágrafo único para § 1º no art. 15 e no art. 42; e revoga os incs. V, XVII, XXII e XXVIII e os §§ 1º, 5º ao 8º do art. 13, o § 3º do art. 14, o inc. II do § 1º do art. 16 e os incs. I, II e III do art. 19, todos do [Decreto nº 20.6257](#), de 23 de junho de 2020.

[DECRETO Nº 20.630, DE 26 DE JUNHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto Nº 20.887, de 30 de dezembro de 2020](#)

Altera o inc. XV e o § 8º do art. 12, o § 7º do art. 13, o caput o art. 14, o inc. IV do art. 16, o caput e o § 2º art. 17, inclui o § 3º no art. 14 no [Decreto nº 20.625](#), de 23 de junho de 2020, para adequar regras com relação a academias, permitir espaços para uso de coabitantes e readéqua padarias e lojas de conveniências e dá outras providências.

[DECRETO Nº 20.625, DE 23 DE JUNHO DE 2020](#) alterado pelos

[DECRETO Nº 20.670, DE 31 DE JULHO DE 2020](#)

[DECRETO Nº 20.667, DE 30 DE JULHO DE 2020](#)

[DECRETO Nº 20.658, DE 17 DE JULHO DE 2020](#)

[DECRETO Nº 20.656, DE 13 DE JULHO DE 2020](#)

[REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 20.653, DE 10 DE JULHO DE 2020](#)

[DECRETO Nº 20.630, DE 26 DE JUNHO DE 2020](#)

Decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

Revoga o [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020](#) e suas alterações posteriores.

[DECRETO Nº 20.623, DE 20 DE JUNHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#)

Altera o caput e o § 2º do art. 8º, o caput do art. 10, inc. XXVI e o § 10 do art. 11, os §§ 2º e 3º do art. 13, o § 1º do art. 21; inclui a Seção I-A e o art. 10-A, os incs. XXXVI e XXXVII e o § 18 no art. 12, o § 2º no art. 41; renumera o parágrafo único para § 1º do art. 41; e revoga o inc. XVIII do art. 12, todos do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, para adequar as medidas restritivas de funcionamento de atividades e estabelecimentos e altera regras de funcionamento para o comércio, serviços e construção civil.

[DECRETO Nº 20.616, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre abertura dos escritórios de advocacia.

Altera o caput do art. 72; e inclui o inc. XXXV e os §§ 16 e 17 no caput do art. 12, ambos do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, para adequar as medidas restritivas de funcionamento de atividades e estabelecimentos.

[DECRETO Nº 20.608, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços, shoppings e centro comerciais, restaurantes, bares, padarias e similares.

Altera o art. 8, o inc. XXVII do art. 12, o caput e os §§ 1º a 3º do art. 13 e o § 1º no art. 21; e inclui o § 4º no art. 13; §§ 5º e 6º no art. 21, todos do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.600, DE 4 DE JUNHO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre a liberação das atividades de pesquisa em nível de graduação e pós-graduação. Inclui os arts. 41-A e 41-B no Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.593, DE 29 DE MAIO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre prorrogação do estado de calamidade até 30 de junho de 2020. Também sobre regramentos para clubes sociais e áreas recreativas de condomínios, além de bares e restaurantes. Institui sistematização de informações sobre transporte coletivo.

Altera os incs. I, IV e o § 1º do art. 15, o § 1º do art. 16, o inc. I do § 1º do art. 21, o caput do art. 60, o caput do art. 72; e inclui o § 3º no art. 15, o art. 27-A e o art. 71-A, todos do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.583, DE 19 DE MAIO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre abertura de estabelecimentos comerciais e de serviços, shoppings e centro comerciais. Estabelece regramento para seu funcionamento.

Altera o caput do art. 8º, o parágrafo único do art. 10, o § 13 do art. 12, o caput e o parágrafo único do art. 13, o caput do art. 14, os incs. II, III, IV e o parágrafo único do art. 15, o caput do art. 19, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 22, o parágrafo único do art. 41, o caput e o parágrafo único do art. 60; inclui o § 2º no art. 10, o § 10 no art. 11, os incs. XXXI, XXXII, XXXIII e XXXIV e os §§ 14 e 15 no art. 12, os §§ 2º e 3º no art. 13, o § 2º no art. 15, os §§ 3º e 4º no art. 17, os incs. I, II e III no art. 19, os §§ 1º, 2º, 3º e 4º no art. 21, o inc. IV no art. 23, o art. 62-A; renumera os parágrafos únicos para § 1º no art. 10, no art. 13 e no art. 15; e revoga os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do art. 8º, os §§ 2º e 3º do art. 11, os §§ 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 12, os §§ 4º e 8º do art. 14, o § 4º do art. 22 e os incs. I e II do art. 60, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[DECRETO Nº 20.576, DE 14 DE MAIO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Altera o inc. I do art. 58 do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o

DECRETO Nº 20.565, DE 2 DE MAIO DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre o retorno das atividades dos serviços públicos municipais.

Altera o caput e o parágrafo único do art. 48, o caput do art. 50, os §§ 1º e 2º do art. 53, os caput dos arts. 56, 57 e 62, o § 2º do art. 64; e inclui os §§ 1º e 2º no art. 50, os incs. I a XI e o § único no art. 56, o § 10 no art. 57, e revoga o § único do art. 51; e o § 3º do art. 64, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

DECRETO Nº 20.564, DE 2 DE MAIO DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre a abertura de empresas individuais e microempresas, clubes sociais, entre outros, e elenca regramentos a estes estabelecimentos.

Altera o parágrafo único do art. 8º, o inc. III do art. 15, o caput e parágrafo único do art. 16, os §§ 1 e 3º do art. 22, o caput e o parágrafo único do art. 41, o caput do parágrafo único do art. 60 e o caput do art. 72; inclui os §§ 2º ao 4º no art 8º, os inc. XXVII, XXVIII, XXIX e XXX no caput e os §§ 11, 12 e 13 no art. 12, os incs. IV, V e VI e o paragrafo único no art. 15, os §§ 2º e 3º no art.16, o § 4º no art. 22, os incs. I e II no parágrafo único do art. 60 e o parágrafo único no art. 71; renumera o parágrafo único para § 1º nos arts. 8º e 16; e revoga o art. 18, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

DECRETO Nº 20.551 DE 24 DE ABRIL DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre liberação da indústria e orientações para reabertura.

Altera o caput do art. 8º, inclui os §§ 9º e 10 no art. 12, e revoga o inc. XIV do art. 12, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

DECRETO 20.549 DE 22 DE ABRIL DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Versa sobre o trabalho e cuidados de higienização na construção civil e uso de máscaras em transporte coletivo.

Altera os caput do art. 8º, do art. 10 e do art. 30 e inclui o parágrafo único no art. 10, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

DECRETO 20.541 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Altera o inc. XIV do art. 12, o caput e o parágrafo único do art. 49, o § 2º do art. 53, o § 1º do art. 57, o parágrafo único do art. 58, os capítulos do art. 60 e do art. 70; e inclui os incs. XX a XXVI e os §§ 7º e 8º no art. 12, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

DECRETO 20.540 DE 03 DE ABRIL DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Altera o caput do art. 10, os incs. XIV, XXIV e XXX do art. 11, o inc. XIV do art. 12, o parágrafo único do art. 13, os capítulos e o § 7º do art. 14, o caput do art. 49, o caput do art. 50, o § 8º do art. 57, e o caput do art. 65; inclui os incs. XL e XLI no art. 11, os incs. XVIII e XIX e os §§ 4º, 5º e 6º no art. 12, e parágrafo único no art. 49; e revoga o inc. III do art. 12, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

DECRETO 20.534 DE 31 DE MARÇO DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.625, de 23 de junho de 2020](#).

Decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

DECRETO 20.531 DE 25 DE MARÇO DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020](#).

Proíbe o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais, bem como as atividades de construção civil, define e regula serviços essenciais/serviços e comércio durante o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Revoga os Decretos Municipais nº 20.516, de 20 de março de 2020; nº 20.521, de 20 de março de 2020; e os arts. 1º e 2º do Decreto nº 20.525, de 22 de março de 2020.

DECRETO 20.530 DE 25 DE MARÇO DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020](#).

Reavaliação de todos os contratos e termos de parcerias, a fim de que sejam readequados e redimensionados ao mínimo necessário para atender às reais necessidades da Administração no período em que vigor a situação de emergência prevista no Decreto nº 20.505, de 17 de março de 2020.

DECRETO 20.525 DE 22 DE MARÇO DE 2020

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020](#).

Define estabelecimentos essenciais que ficam autorizados a abrir as portas, e suas condições para prestar serviço; responsabiliza síndicos e renova alvarás municipais automaticamente. Artigos 1º e 2º revogados pelo Decreto 20.531 de 25 de março de 2020.

[DECRETO 20.524 DE 22 DE MARÇO DE 2020](#) REVOGADO
[DECRETO 20.527 DE 23 DE MARÇO DE 2020](#) REVOGADO PELO
[DECRETO 20.528 DE 24 DE MARÇO DE 2020](#) COMPLEMENTADO PELO
[DECRETO 20.529 DE 25 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Restrição de circulação de idosos, interdita praças e parques para este público e aplicação de multa por descumprimento.

[DECRETO 20.522 DE 21 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Fiscalização de preços abusivos para materiais essenciais de saúde.

[DECRETO 20.523 DE 21 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Cancelamento de todos os eventos em local aberto ou fechado em vias públicas; proibição do funcionamento de estabelecimentos de diversos setores não essenciais, além de ambientes e áreas comuns em condomínios.

[DECRETO 20.521 DE 21 DE MARÇO DE 2020](#) REVOGADO PELO

[DECRETO 20.531 DE 25 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Estabelece fechamento de estabelecimentos comerciais, construções civis, industriais e de serviços em geral, e define exceções.

[DECRETO 20.520 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Possibilidade de rescisão, redução ou suspensão de contratos com fornecedores do município durante vigência da situação de emergência.

[DECRETO 20.513 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Agências bancárias, lotéricas, Correios e terminais de autoatendimento com regras especiais de funcionamento.

[DECRETO 20.516 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#) REVOGADO PELO

[DECRETO 20.531 DE 25 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Proibição do funcionamento de padarias, restaurantes, bares e lanchonetes, exceto os de tele-entrega, delivery e pegue e leve - take away.

[DECRETO 20.512 DE 19 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Mercado Público com fechamento parcial e novas regras de circulação.

[DECRETO 20.511 DE 19 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Regras de circulação, higienização e entrega das refeições em cozinhas escolares.

[DECRETO 20.506 DE 17 DE MARÇO DE 2020 ATUALIZADO PELO](#)

[DECRETO 20.508 DE 18 DE MARÇO DE 2020 E PELO](#)

[DECRETO 20.514 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Adota medidas mais restritivas que os decretos nº 20.506 e 20.508, proibindo o funcionamento dos shopping centers e centros comerciais, à exceção de farmácias, estabelecimentos de comércio e serviços de saúde, posto de atendimento da polícia federal, supermercados e afins, bancos, terminais de autoatendimento, correios, lotéricas e estacionamentos neles situados.

[DECRETO 20.505, DE 17 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Declara estado de emergência em Porto Alegre, medidas gerais de limpeza e sanitização, além das primeiras restrições para funcionamento de estabelecimentos comerciais, ambientes privados, serviços diversos e espaços públicos.

[DECRETO 20.503 DE 17 DE MARÇO DE 2020 ATUALIZADO PELO](#)

[DECRETO 20.519 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Restrições ao transporte coletivo urbano e metropolitano, transporte privado de passageiros, transporte individual público e privado.

[DECRETO 20.501 DE 16 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Institui o Comitê Temporário de Enfrentamento ao Coronavírus.

[DECRETO 20.500 DE 16 DE MARÇO DE 2020](#)

[DECRETO 20.504 DE 17 DE MARÇO DE 2020](#)

[DECRETO 20.507 DE 18 DE MARÇO DE 2020](#)

[DECRETO 20.518 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Determinam o regramento do trabalho de servidores públicos da prefeitura, com ampliação gradual das restrições; funcionamento especial dos serviços públicos e prioridade ao atendimento online.

[DECRETO 20.499 DE 16 DE MARÇO DE 2020](#)

[DECRETO 20.502 DE 17 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 20.534 de 31 de março de 2020.](#)

Aulas suspensas em todos os níveis de ensino.

DECRETOS SEM EFEITO

DECRETO Nº 20.563, DE 30 DE ABRIL DE 2020 - SEM EFEITO

Altera o art. 48, o art. 50, os §§ 1º e 2º do art. 53, os capítulos do art. 56 e art. 57, o § 2º do art. 64; e inclui os incs. I a XI e o parágrafo único no art. 56, o § 10 no art. 57, parágrafo único no art. 10, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

DECRETO Nº 20.562, DE 30 DE ABRIL DE 2020 - SEM EFEITO

Altera o parágrafo único do art. 8º, o caput e parágrafo único do art. 16, os §§ 1 e 3º do art. 22, o art. 41, o parágrafo único do art. 60 e o caput do art. 72; inclui os §§ 2º e 3º no art 8º, os inc. XXVII, XXVIII e XXIX e os §§ 11 e 12 no art. 12, os incs. IV, V e VI e os §§ 1º e 2º no art. 15, os §§ 2º e 3º no art. 16, o § 4º no art. 22, os incs. I e II no parágrafo único do art. 60 e o parágrafo único no art. 71; renumera o parágrafo único para § 1º nos arts. 8º e 16; e revoga o art. 18, todos do [Decreto nº 20.534](#), de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

ENUNCIADOS INTERPRETATIVOS

ENUNCIADO INTERPRETATIVO Nº 07 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020

Estado de Calamidade. Pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19). Bens público permitidos ou concedidos localizados no parque Moacir Scliar (trecho 01 da orla do Guaíba). Suspensão do pagamento da outorga mensal fixa para estabelecimentos cujo acesso de clientes foi proibido. Interpretação do Decreto Municipal 20.542 de 09 de abril de 2020.

ENUNCIADO INTERPRETATIVO Nº 06 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Enunciado interpretativo. Covid-19 (novo coronavírus). Estado de calamidade. Horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais em hipermercados. Interpretação analógica do §3º do art. 8 do Decreto Municipal nº 20.625, de 23 de junho de 2020. Equiparação das restrições sanitárias de hipermercados aos empreendimentos de shopping center. Possibilidade.

ENUNCIADO INTERPRETATIVO Nº 05 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Estado de Calamidade. Pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19). Mercado Público. Suspensão de outorga mensal fixa aplicável somente para os estabelecimentos cujo acesso de clientes esteja proibido. Interpretação do Decreto Municipal nº 20.625, de 23 de junho de 2020, com redação conferida pelo Decreto nº 20.639, de 5 de julho de 2020, e do Decreto Municipal nº 20.542, de 9 de abril de 2020.

ENUNCIADO INTERPRETATIVO Nº 04 DE 13 DE JULHO DE 2020

Estado de Calamidade. Pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19). Reformas de caráter urgente. incidência do art. 13, XIII, do Decreto nº 20.625/2020.

ENUNCIADO INTERPRETATIVO Nº 03 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Atividades turísticas sem acesso ao público externo. Possibilidade de entrada de equipe técnica mínima para captação audiovisual e transmissões on-line. Jockey Clube do Rio Grande do Sul. Interpretação Decreto Municipal 20.534 de 31 de março de 2020.

ENUNCIADO INTERPRETATIVO Nº 02 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Gastronomia Itinerante, enquadramento. Possibilidade de funcionamento nos sistemas de tele-entrega e take-away, observadas as medidas de higienização. Interpretação Decreto Municipal 20.534 de 31 de março de 2020.

ENUNCIADO INTERPRETATIVO Nº 01 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Regra da suspensão da outorga mensal fixa aplicável somente aos estabelecimentos situados no Mercado Público, cujo funcionamento encontra-se vedado. Interpretação Decretos Municipais 20.534 de 31 de março de 2020 e 20.542 de 09 de abril de 2020.

PARECERES RELACIONADOS - PGM

PARECER SINGULAR 1208/2020 DE 21 DE MAIO DE 2020

Ementa: Direito Civil. Direito Administrativo e Constitucional. Pandemia. Covid-19. Competências Constitucionais. Federalismo de Cooperação. Interesse Local. Art. 30, I E II da CF/88. Responsabilidade civil do Estado. Art. 37, §6,CF/88. Fato do Príncipe. Caso fortuito e força maior. Fatos imprevisíveis. Dever de indenizar. Excludentes do Nexo Causal.

PARECER SINGULAR 1207/2020 DE 15 DE MAIO DE 2020

Ementa: Construção Civil. Proibição da atividade durante o estado de calamidade - COVID-19. Suspensão dos prazos para cumprimento de obrigações em Termos de Compromissos firmados no âmbito do processo de licenciamento urbano-ambiental. Adiamento por 35 dias das datas aprazadas.

PARECER SINGULAR 1206/2020 DE 20 DE ABRIL DE 2020

Ementa: Direito Administrativo. Direito Eleitoral. Condutas vedadas em período Eleitoral. Lei 9.504/97. Situação excepcional de calamidade pública de âmbito internacional em decorrência do coronavírus. Estado de Emergência declarado pelo governo federal pela Portaria nº 188/2020. Estado de calamidade em âmbito federal reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 2020. Decreto Estadual 55.128, de 2020. Decreto municipal de calamidade pública nº 20.534, de 2020. Exceção legal configurada. Art. 73 da Lei 9.504/97. Jurisprudência do TSE no mesmo sentido. Possibilidade jurídica da distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública.

PARECER COLETIVO 213/2020 DE 31 DE MARÇO DE 2020

Ementa: Efeitos da pandemia de COVID-19 nos contratos administrativos de prestação de serviços de caráter continuado e nas parcerias com as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, regidas pela Lei nº 13.019/14. Caso fortuito ou força maior.

DEMAIS NORMATIVAS RELEVANTES

LEI Nº 12.863, DE 31 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza a presença de público em eventos esportivos, sociais, religiosos, feiras e congressos, treinamentos e de entretenimento no Município de Porto Alegre, nas condições que especifica, durante o período em que vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

LEI Nº 12.837, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Altera o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.677, de 24 de janeiro de 2020, autorizando a prorrogação dos contratos de professores temporários iniciados no ano de 2019 em razão do período de calamidade pública até o fim do ano letivo de 2021.

LEI Nº 12.836, DE 21 DE JUNHO DE 2021

Responsabiliza a Secretaria Municipal de Saúde pela disponibilização de medicamentos ou suplementos para tratamento de pacientes com sintomas da Covid-19.

LEI Nº 12.832, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Estabelece multa a quem infringir ou afrontar a ordem prioritária estabelecida pelo Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19 de Porto Alegre e dá outras providências.

LEI Nº 12.818, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre as medidas relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra o novo Coronavírus (Covid-19) no Município de Porto Alegre, inclui inc. VII no art. 4º da Lei nº 12.797, de 29 de dezembro de 2020 – que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico- financeiro de 2021 –, o inc. VII no art. 12 da Lei nº 12.744, de 6 de novembro de 2020 – que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 –, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 895, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020

Estabelece a isenção, para as competências de outubro, novembro e dezembro de 2020, bem como para as competências dos meses em que vigorar o decreto de calamidade pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) no Município de Porto Alegre, das tarifas de água e esgoto aos consumidores beneficiados pela tarifa social que se enquadrem no disposto pelos incs. I e II do art. 37 da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, e alterações posteriores.

[LEI COMPLEMENTAR Nº 888, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020](#)

Estabelece a isenção, para as competências de julho, agosto e setembro de 2020, das tarifas de água e esgoto aos consumidores beneficiados pela tarifa social que se enquadrem no disposto pelos incs. I e II do art. 37 da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, e alterações posteriores.

[LEI COMPLEMENTAR Nº 887, DE 24 DE JULHO DE 2020](#)

Institui o Fundo Municipal de Combate ao Coronavírus (Funcovid-19) e o Programa Municipal Temporário de Transferência de Renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

[DECRETO Nº 20.611, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre a Estratégia de Deliberação Remota do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (EDRCMDUA).

[DECRETO Nº 20.610, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Inclui os §§ 2º e 3º e renumera o parágrafo único para § 1º no art. 3º do Decreto nº 15.110, de 24 de fevereiro de 2006; e inclui o § 3º no art. 62-A do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, introduzindo a possibilidade de realização de sessões virtuais nos colegiados do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART).

[ORDEM DE SERVIÇO Nº 003, DE 10 DE JUNHO DE 2020](#)

Estabelece procedimentos para tramitação das Requisições de Informações Comunitárias (RICs) que versem sobre políticas públicas e atos municipais de combate à pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

[LEI Nº 12.709, DE 2 DE JUNHO DE 2020](#)

Institui auxílio emergencial de prestação continuada às Escolas Comunitárias de Educação Infantil (ECEIs) do Município de Porto Alegre em virtude do Decreto de Calamidade Pública nº 20.534, de 31 de março de 2020, decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

[LEI Nº 12.708, DE 28 DE MAIO DE 2020](#)

Estabelece medidas a serem observadas pela Administração Pública Municipal durante a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

[LEI COMPLEMENTAR Nº 882, DE 20 DE MAIO DE 2020](#)

Estabelece a isenção, para as competências de abril, maio e junho de 2020, das tarifas de água e esgoto aos consumidores beneficiados pela tarifa social que se enquadrem no disposto pelos incs. I e II do art. 37 da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, e alterações posteriores.

PORTARIA 430/2020 - SMS, DE 08 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação em caráter provisório de todos os alvarás sanitários emitidos pela Diretoria Geral de Vigilância em Saúde de Porto Alegre.

COMUNICADO 004/20 E PORTARIA 001/2020 - TART

Suspensão de prazos até 31/05/20 e Regulamenta a realização de sessões de julgamento presenciais, denominadas sessões virtuais, por videoconferência no âmbito das Câmaras e Plenário do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários - TART, respectivamente.

COMUNICADO 003/2020 - TART, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Prorroga a suspensão de prazos e julgamentos até 30 de abril.

PORTARIA 40/2020 - PGM DE 30/03/2020

Altera as Portarias 37 e 38, que institui a Força Tarefa da PGM quanto a sua composição e designa os seus integrantes.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 04/2020 - SMF DE 30/03/2020

Dispõe sobre o prazo de validade das certidões relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda, em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).

LEI ORDINÁRIA 12.696 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Autoriza a contratação por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a Operação Inverno, bem como durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19).

DECRETOS ESTADUAIS

DECRETOS EM VIGOR

DECRETO Nº 56.025, DE 9 DE AGOSTO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.882](#), de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.936, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.882](#), de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.882, DE 15 DE MAIO DE 2021

Institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.868, DE 7 DE MAIO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.799](#), de 21 de março de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.856, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências; o [Decreto nº 55.465](#), de 5 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto n.º 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências; e o [Decreto nº 55.799](#), de 21 de março de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.852, DE 22 DE ABRIL DE 2021

Altera o Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências; e o [Decreto nº 55.799](#), de 21 de março de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.837, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.799](#), de 21 de março de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.819, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Altera o [Decreto 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências e o [Decreto nº 55.799](#), de 21 de março de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.808, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.799, DE 21 DE MARÇO DE 2021

Institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.789, DE 13 DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.764](#), de 20 de fevereiro de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul; o [Decreto nº 55.771](#), de 26 de fevereiro de 2021, que determina, diante do

agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), em caráter extraordinário e temporário, a aplicação, com caráter cogente, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de medidas sanitárias segmentadas referentes à Bandeira Final Preta, bem como a suspensão da possibilidade, de que tratam os §§ 2º e 5º do art. 21 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, de os Municípios estabelecerem medidas sanitárias segmentadas substitutivas às definidas pelo Estado; e o Decreto nº 23.430, de 24 de outubro de 1974, que aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública.

DECRETO Nº 55.783, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências; e o [Decreto nº 55.771](#), de 26 de fevereiro de 2021, que determina, diante do agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), em caráter extraordinário e temporário, a aplicação, com caráter cogente, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de medidas sanitárias segmentadas referentes à Bandeira Final Preta, bem como a suspensão da possibilidade, de que tratam os §§ 2º e 5º do art. 21 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, de os Municípios estabelecerem medidas sanitárias segmentadas substitutivas às definidas pelo Estado.

DECRETO Nº 55.782, DE 5 DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências; o [Decreto nº 55.764](#), de 20 de fevereiro de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul; e o [Decreto nº 55.771](#), de 26 de fevereiro de 2021, que determina, diante do agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), em caráter extraordinário e temporário, a aplicação, com caráter cogente, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de medidas sanitárias segmentadas referentes à Bandeira Final Preta, bem como a suspensão da possibilidade, de que tratam os §§ 2º e 5º do art. 21 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, de os Municípios estabelecerem medidas sanitárias segmentadas substitutivas às definidas pelo Estado.

DECRETO Nº 55.771, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Determina, diante do agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), em caráter extraordinário e temporário, a aplicação, com caráter cogente, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de medidas sanitárias segmentadas referentes à Bandeira Final Preta, bem como a suspensão da possibilidade, de que tratam os §§ 2º e 5º do art. 21 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, de os Municípios estabelecerem medidas sanitárias segmentadas substitutivas às definidas pelo Estado.

DECRETO Nº 55.769, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Fica alterado o [Decreto nº 55.764](#), de 20 de fevereiro de 2021, que institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.768, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.767, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Fica alterado o [Decreto nº 55.465](#), de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.766, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº 55.765, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.764, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2021

Institui medidas sanitárias extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 55.759, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Fica alterado o [Decreto nº 55.465](#), de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.758, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº 55.751, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº 55.748, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº 55.736, DE 25 DE JANEIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº 55.729, DE 22 DE JANEIRO DE 2021

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 55.724, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº 55.713, DE 11 DE JANEIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº 55.705, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.681, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.680, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.675, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.674, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.668](#), de 21 de dezembro de 2020, que determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.669, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.668, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.645, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.644, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.626, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.625, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.621, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO Nº 55.610, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO Nº 55.590, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.578, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.569, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.566, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Fica alterado o Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.563, DE 2 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.559, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.548, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.537, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.523](#), de 5 de outubro de 2020, que determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO Nº ESTADUAL 5.538, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.539, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

Fica alterado o Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.523, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.514, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.514, DE 28 DE SETEMBRO 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.513, DE 28 DE SETEMBRO 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.495, DE 21 DE SETEMBRO 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.494, DE 21 DE SETEMBRO 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.483, DE 14 DE SETEMBRO 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.482, DE 14 DE SETEMBRO de 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.472, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.469, DE 7 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO Nº 55.465, DE 5 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.461, DE 31 DE AGOSTO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual..

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.460, DE 31 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de e calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.454, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.444, DE 17 DE AGOSTO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.435, DE 11 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.433, DE 10 DE AGOSTO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.431, de 07 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.413](#), de 3 de agosto de 2020, que determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.428, DE 6 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.414, DE 03 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.413, DE 03 DE AGOSTO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.384, DE 27 DE JULHO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.383, DE 27 DE JULHO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.375, DE 23 DE JULHO DE 2020](#)

Institui o Programa Respiradores Itinerantes como medida de enfrentamento à epidemia de COVID-19 (novo Coronavírus).

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.370, DE 20 DE JULHO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.368, DE 17 DE JULHO DE 2020](#)

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.361, DE 13 DE JULHO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.347, DE 06 DE JULHO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual

DECRETO ESTADUAL Nº 55.346, DE 06 DE JULHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.335, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.331, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.323, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.322, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.321, DE 21 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências e altera o [Decreto 55.320](#), de 20 de junho de 2020.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.320, DE 20 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.310, DE 14 DE JUNHO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.309, DE 14 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.299, DE 7 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.298, DE 7 DE JUNHO DE 2020

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 55.292, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.241, DE 10 DE MAIO DE 2020](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do [Decreto nº 55.240](#), de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.240, DE 10 DE MAIO DE 2020](#) alterado pelos
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.384, DE 27 DE JULHO DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.368, DE 17 DE JULHO DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.346, DE 06 DE JULHO DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.331, DE 25 DE JUNHO DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.322, DE 22 DE JUNHO DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.321, DE 21 DE JUNHO DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.320, DE 20 DE JUNHO DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.299, DE 7 DE JUNHO DE 2020](#)

Institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.211 DE 29 DE ABRIL DE 2020](#)

Institui o Plano de Contingenciamento de Gastos do Poder Executivo do Estado em razão da epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus).

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.208, DE 23 DE ABRIL DE 2020](#)

Estabelece a estrutura do Comitê de Dados, instituído pelo Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.188 DE 16 DE ABRIL DE 2020](#)

Institui Programa INOVA RS de Apoio ao Enfrentamento do COVID-19.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.129 DE 19 DE MARÇO DE 2020](#) alterado pelos
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.163 DE 03 DE ABRIL DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.186 DE 16 DE ABRIL DE 2020](#)
[DECRETO ESTADUAL Nº 55.207 DE 23 DE ABRIL DE 2020](#)

Institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETOS REVOGADOS

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.220, DE 30 DE ABRIL DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 55.240, de 10 de maio de 2020](#)

Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.154 DE 01 DE ABRIL DE 2020 ALTERADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 55.162 DE 03 DE ABRIL DE 2020 E PELO DECRETO ESTADUAL Nº 55.177 DE 08 DE ABRIL DE 2020 E PELO DECRETO ESTADUAL Nº 55.184 DE 15 DE ABRIL DE 2020 E PELO DECRETO 55.185 DE 16 DE ABRIL DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 55.240, de 10 de maio de 2020](#)

Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.130 DE 20 DE MARÇO DE 2020](#)

[DECRETO 55.136 DE 24 DE MARÇO DE 2020](#)

[DECRETO 55.149 DE 26 DE MARÇO DE 2020](#)

[DECRETO 55.150 DE 28 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogados pelo [Decreto 55.154 de 01 de abril de 2020](#)

Declara estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.135 DE 23 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 55.154 de 01 de abril de 2020](#) e pelo [Decreto 55.240, de 10 de maio de 2020](#)

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.128 DE 19 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 55.154 de 01 de abril de 2020](#) e pelo [Decreto 55.240, de 10 de maio de 2020](#)

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.118 DE 16 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 55.154 de 01 de abril de 2020](#)

Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado.

[DECRETO ESTADUAL Nº 55.115 DE 12 DE MARÇO DE 2020](#)

Revogado pelo [Decreto 55.154 de 01 de abril de 2020](#)

Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado.

PORTARIAS SES

[PORTARIA CONJUNTA SES/SEDUC/RS Nº 02/2021 DE 20 DE AGOSTO DE 2021](#)

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle à COVID-19 a serem adotadas por todas as instituições de ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 560, DOE 158, DE 6 DE AGOSTO DE 2021](#)

Altera e revoga dispositivos da Portaria SES nº 390/2021, de 14 de maio de 2021, que institui o Protocolo de Boas Práticas para prevenção da COVID-19 em serviços de alimentação, com consumo no local, serviços de tele-entrega e retirada em loja, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 559, DOE 158, DE 6 DE AGOSTO DE 2021](#)

Altera e revoga dispositivos da Portaria SES nº 393/2021, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem aplicadas nos estabelecimentos e pelos prestadores de serviços de prática de exercícios físicos, práticas corporais ou desportivas.

[PORTARIA SES Nº 480/2021, DE 18 DE JUNHO DE 2021](#)

Estabelece o fluxo temporário e excepcional para a aplicação e a notificação dos testes rápidos de anticorpo e de antígeno (ensaios imunocromatográficos) para a COVID-19 realizados em farmácias e dá outras providências.

[PORTARIA SES Nº 388/2021, DE 25 DE MAIO DE 2021 \(REPUBLICADA\)](#)

Estabelece as medidas que devem ser adotadas para o funcionamento das indústrias de abate e processamento de carnes e pescados, em todas as suas plantas frigoríficas, para prevenção e minimização do risco de transmissão da COVID-19.

[PORTARIA SES Nº 400/2021, DE 19 DE MAIO DE 2021](#)

Altera a redação do Art. 1º e do inciso II do Art. 4º e republica o Anexo II da Portaria nº 284/2021 e sua alteração.

[PORTARIA SES Nº 393/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021](#)

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem aplicadas nos estabelecimentos e pelos prestadores de serviços de prática de exercícios físicos, práticas corporais ou desportivas.

PORTARIA SES Nº 392/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Revoga as Portarias SES nº 274/2020, nº 284/2020, nº 384/2020, que regulamentam a realização de procedimentos eletivos pela rede de prestadores de serviços de saúde, e a Portaria nº 608/2020, com medidas a serem aplicadas nas Instituições de Ensino, ambas relacionadas à prevenção e controle à COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

PORTARIA SES Nº 391/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Estabelece as medidas de proteção, prevenção e ações, com objetivo de minimizar o risco de contaminação da COVID-19 em atividades sociais, executivas ou de lazer, em ambientes abertos ou fechados, com público fixo ou variável, tais como eventos, convenções, congressos, seminários, simpósios, feiras ou atividades similares, para cumprimento, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

PORTARIA SES Nº 390/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Institui o Protocolo de Boas Práticas para prevenção da COVID-19 em serviços de alimentação, com consumo no local, serviços de teleentrega e retirada em loja, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

PORTARIA SES Nº 389/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Estabelece as medidas para prevenção e minimização da transmissão da COVID-19 nos estabelecimentos comerciais de rua e pelos estabelecimentos comerciais localizados em shopping centers e centros comerciais, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

PORTARIA SES Nº 388/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Estabelece as medidas que devem ser adotadas para o funcionamento das indústrias de abate e processamento de carnes e pescados, em todas as suas plantas frigoríficas, para prevenção e minimização do risco de transmissão da COVID-19.

PORTARIA SES Nº 387/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Determinar às indústrias, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a adoção de medidas de prevenção e controle à COVID-19.

PORTARIA CONJUNTA SES/SEDUC/RS Nº 01/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle à COVID-19 a serem adotadas por todas as instituições de ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

PORTARIA SES Nº 385/2021, DE 15 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as medidas de prevenção e monitoramento da COVID-19 a serem adotadas pelas Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs) ou instituições similares.

PORTARIA SES Nº 357/2021, DE 5 DE MAIO DE 2021

Institui a Vigilância Genômica no âmbito da Secretaria da Saúde.

PORTARIA SES Nº 361/2021, 5 DE MAIO DE 2021

Altera a redação do Art. 1º e do inciso II do Art. 4º e republica os Anexos I e II da Portaria nº 284/2021.

PORTARIA SES Nº 336/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021

Tornar oficial e obrigatório, como sistema de informação durante o estado de emergência em saúde pública causado pelo vírus SarsCov 2, o envio semanal de dados de estoque e consumo médio mensal dos medicamentos para Intubação Orotraqueal (IOT) e de manutenção da sedação e analgesia na ventilação mecânica pelos hospitais e serviços de pronto atendimento para fins de monitoramento pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA SES Nº 314/2021 DE 13 DE ABRIL DE 2021

Estabelece regramento para orientar a aplicação de recursos oriundos das Emendas Parlamentares da Lei Orçamentária Anual 2021 Estado do Rio Grande do Sul.

PORTARIA SES Nº 287/2021, DE 31 DE MARÇO DE 2020

Autorizar repasse, em caráter excepcional e em parcela única, aos municípios relacionados em anexo, com Pronto Atendimento municipal 24 horas, disponibilizado para atendimento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), suspeitos e/ou confirmados COVID-19, decorrente do crescimento do número de casos, buscando minimizar a sobrecarga dos hospitais.

PORTARIA SES Nº 284/2021, DE 30 DE MARÇO DE 2020

Aprovar repasse financeiro, em caráter excepcional e em parcela única, do montante de R\$ 90.522.000,00 (noventa milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), para custeio de 254 hospitais com leitos clínicos e leitos de UTI cadastrados no Dashboard <https://covid.saude.rs.gov.br> e disponibilizados à central de Regulação do Estado na data de 25 de março de 2021, para atendimento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), suspeitos e/ou confirmados COVID-19.

PORTARIA SES Nº 256/2021, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o repasse de recursos financeiros da SES e também os oriundos de doação do Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul aos municípios com Pronto-Atendimentos Municipais.

PORTARIA SES Nº 185, DOE 46, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Regulamenta o pagamento de diárias de UTI a hospitais com leitos de UTI cujas habilitações ainda não tenham sido prorrogadas pelo Ministério da Saúde.

PORTARIA SES Nº 184, DOE 45, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Altera artigos da Portaria SES/RS nº 499, de 21 de julho de 2020, que regulamenta o pagamento de diárias de UTI aos hospitais com leitos novos COVID, enquanto não habilitados pelo Ministério da Saúde.

PORTARIA SES Nº 151/2021

Institui o Comitê de Assessoria Técnica em Eventos Adversos Pós-Vacinais (EAPV) da Estratégia de Vacinação contra a COVID-19.

PORTARIA SES Nº 799, DOE 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza a transferência de recursos de Emendas Parlamentares Federais, do Fundo Estadual de Saúde aos beneficiários indicados pela Bancada Federal Gaúcha, para custeio de ações e serviços relacionados ao COVID 19.

PORTARIA SES Nº 783/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Acrescenta recursos financeiros de Emendas Parlamentares Estaduais 2020, e altera a redação do caput e do inciso II do art. 1º e inciso I do art. 3º da Portaria nº 281/2020 e suas alterações.

PORTARIA SES Nº 778/2020, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Acrescenta recursos financeiros de Emendas Parlamentares Estaduais 2020, remaneja recursos financeiros para Secretaria de Segurança e altera a redação do caput e do inciso II e III do art. 1º e inciso II e III do art. 3º da Portaria nº 281/2020 e Porto Alegre, Terça-feira, 8 de dezembro de 2020 Diário Oficial Nº 250 69 suas alterações.

PORTARIA SES Nº 769, DOE 245, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Estabelece o fluxo temporário e excepcional para a aplicação e notificação dos testes rápidos de anticorpo e de antígeno (ensaio imunocromatográficos) para a COVID-19 realizados em farmácias e dá outras providências.

[PORTARIA SES/RS Nº 728/2020 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Aprovar a transferência de recursos financeiros a municípios e Entidades Hospitalares impactados pelo aumento populacional, visando ao incremento das ações e serviços de saúde, de novembro 2020 a março de 2021, em razão da pandemia do Coronavírus e da Operação RS Verão Total 2020/2021, instituída pelo Decreto estadual nº 55.470/2020.

[PORTARIA SES Nº 723/2020 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Altera dispositivos da Portaria SES Nº 582/2020, de 01 de setembro de 2020, que dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem aplicadas nos estabelecimentos e nos serviços prestados de atividades esportivas ou práticas corporais.

[PORTARIA SES Nº 608/2020, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem aplicadas nas Instituições de Ensino.

[PORTARIA SES Nº 618, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Autoriza a transferência de recursos de Emendas Parlamentares Federais, do Fundo Estadual de Saúde aos beneficiários indicados pela Bancada Federal Gaúcha, para custeio de ações e serviços relacionados ao COVID 19.

[PORTARIA SES Nº 617, DOE 195, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Estabelece, de acordo com o sistema de distanciamento controlado, protocolos, check list e orientações para prevenção e diminuição da propagação da covid-19 em eventos, convenções, congressos, seminários, simpósios, feiras ou quaisquer atividades similares, para cumprimento no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA CONJUNTA SES/SEDUC/RS Nº 02, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Dispõe sobre a composição dos Centros de Operações de Emergência em Saúde para a Educação no âmbito Estadual (COE-E Estadual) e Local (COEE Local) para as escolas da rede pública estadual.

[PORTARIA SES Nº 608 DE 15 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem aplicadas nas Instituições de Ensino.

[PORTARIA SES Nº 605 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Altera artigos da Portaria SES/RS nº 499 de 21 de julho de 2020, que regulamenta o pagamento de diárias de UTI aos hospitais com leitos novos COVID, enquanto não habilitados pelo Ministério da Saúde.

[PORTARIA SES Nº 582/2020 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem aplicadas nos estabelecimentos e nos serviços prestados de atividades esportivas ou práticas corporais.

[PORTARIA SES Nº 513 DE 31 DE JULHO DE 2020](#)

Revoga a Portaria 204/20 que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 506/2020 DE 23 DE JULHO DE 2020](#)

Autorizar o repasse em caráter extraordinário aos programas de Saúde dos Povos Indígenas, Comunidades remanescentes de quilombos, saúde prisional, saúde mental na atenção básica e população em situação de rua, para ações de enfrentamento à Covid-19, durante o estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 499/2020 DE 22 DE JULHO DE 2020](#)

Regulamenta o pagamento de diárias de UTI aos hospitais com leitos novos COVID, enquanto não habilitados pelo Ministério da Saúde.

[PORTARIA SES Nº 486, DOE 140, DE 8 DE JULHO DE 2020](#)

Altera o artigo 2º da Portaria SES Nº 299/2020, que estabelece normativa geral para a Regulação de acesso às Internações Hospitalares do SUS, inclusive para o atendimento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) suspeitos/confirmados de COVID-19, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 427/2020, DE 22 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera o artigo 4º da Portaria SES Nº 299/2020, que estabelece normativa geral para a Regulação de acesso às Internações Hospitalares do SUS, inclusive para o atendimento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) suspeitos/confirmados de COVID-19, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul .

[PORTARIA SES Nº 410, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#)

Autoriza a transferência de recursos de Emendas Parlamentares Federais, do Fundo Estadual de Saúde aos beneficiários indicados pela Bancada Federal Gaúcha, para custeio de ações e serviços relacionados ao COVID 19.

[PORTARIA SES Nº 377 \(REPUBLICAÇÃO\), DE 17 DE JUNHO DE 2020](#)

Estabelece o fluxo temporário e excepcional para a notificação dos testes rápidos de anticorpo (ensaios imunocromatográficos) para a COVID-19 realizados em farmácias e dá outras providências.

[PORTARIA SES Nº 409/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#)

Autoriza o repasse de recursos financeiros das Emendas Parlamentares Estaduais 2020.

[PORTARIA SES Nº 407/2020 REPUBLIADA EM 12 DE JUNHO DE 2020](#)

Estabelece protocolo para funcionamento das indústrias de abate e processamento de carnes e pescados em todas as suas plantas frigoríficas, para prevenção e controle da COVID-19, em conformidade com o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020.

[PORTARIA SES Nº 406/2020, DE 07 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera a Portaria SES nº 303/2020 que estabelece protocolos para a abertura de shopping centers e centros comerciais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA CONJUNTA SES/SEDUC/RS Nº01/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle ao novo coronavírus (COVID-19) a serem adotadas por todas as Instituições de Ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 319/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020 \(*\)](#)

Institui o Protocolo de Boas Práticas para prevenção do novo Coronavírus (COVID-19) a serem cumpridas pelos estabelecimentos que prestam serviços de alimentação, com consumo no local, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

(*) Republicada por haver constado com incorreção na 2ª edição do DOE Nº 100, de 20-05-2020.

[PORTARIA SES Nº 374 /2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera a Portaria SES Nº 274/2020 que regulamenta a realização de procedimentos eletivos pela rede de prestadores de serviços de saúde, SUS e PRIVADOS, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, tais como hospitais, clínicas, consultórios, serviços de diagnóstico por imagens, serviços de óticas, laboratórios óticos, serviços de assistência e prótese odontológica.

[PORTARIA SES Nº 375/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera dispositivos da Portaria SES Nº 283/2020, de 29 de abril de 2020, que determina às indústrias a adoção de medidas de prevenção e controle ao COVID-19 (novo coronavírus) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 348/2020 DE 25 DE MAIO DE 2020](#)

Suspende, excepcionalmente, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da competência de Abril/2020, os descontos relativos à taxa de ocupação do Cofinanciamento Estadual dos Incentivos de Saúde Mental e de Complementação de Diárias de UTI, em função da pandemia Coronavirus - COVID19.

[PORTARIA SES Nº 341/2020 DE 22 DE MAIO DE 2020](#)

Altera a redação dos incisos II e III do art.1º da Portaria nº 281/2020, e disciplina a transferência dos recursos.

[PORTARIA SES Nº 327/2020 DE 20 DE MAIO DE 2020](#)

Autoriza o repasse de recursos financeiros das Emendas Parlamentares Estaduais 2020 não contempladas na Portaria SES 281/2020.

[PORTARIA SES Nº. 299/2020 DE 11 DE MAIO DE 2020](#)

Estabelece normativa geral para a Regulação de acesso às Internações Hospitalares do SUS, inclusive para o atendimento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) suspeitos/confirmados de COVID-19, âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 289/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle ao novo coronavírus a serem adotadas pelas Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs).

[PORTARIA SES Nº 283/2020 DE 29 DE ABRIL DE 2020](#)

Determinar às indústrias a adoção de medidas de prevenção e controle ao COVID-19 (novo coronavírus) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES nº 281/2020 DE 29 DE ABRIL DE 2020](#)

Autoriza o repasse de recursos financeiros das Emendas Parlamentares Estaduais 2020.

[PORTARIA SES nº 280/2020 DE 29 DE ABRIL DE 2020](#)

Estabelecer regramento para orientar a aplicação de recursos oriundos das emendas parlamentares da Lei Orçamentária Anual do Estado do Rio Grande do Sul.

[PORTARIA SES Nº 274/2020 DE 24 DE ABRIL DE 2020](#)

Regulamenta a realização de procedimentos eletivos pela rede de prestadores de serviços de saúde, SUS e PRIVADOS, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, tais como hospitais, clínicas, consultórios, serviços de diagnóstico por imagens, serviços de óticas, laboratórios óticos, serviços de assistência e prótese odontológica.

[PORTARIA SES Nº 270/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020](#)

Regulamenta o parágrafo 4º do artigo 5º do Decreto nº 55.154/2020, com requisitos para a abertura de estabelecimentos comerciais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

DEMAIS NORMATIVAS RELEVANTES

[LEI Nº 15.604, DE 12 DE ABRIL DE 2021](#)

Institui o auxílio emergencial de apoio à atividade econômica e de proteção social, bem como estabelece medidas excepcionais de enfrentamento às consequências econômicas e sociais decorrentes da pandemia de COVID19.

[LEI Nº 15.552, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Dispõe sobre a divulgação dos dados ao combate à pandemia do coronavírus (COVID-19) e demais emergências de Saúde Pública legalmente reconhecidas por ato do Poder Público no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

[LEI Nº 15.548, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

[LEI Nº 15.477, DE 22 DE MAIO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 15.304, de 30 de julho de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2020 e dá outras providências, e autoriza a abertura de créditos extraordinários no Orçamento do Estado.

[RESOLUÇÃO Nº 004/2020 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FEPAM](#)

Dispõe sobre a prorrogação das licenças ambientais por 30 (trinta) dias corridos. De 28 de abril de 2020.

[LEI Nº 15.476, DE 23 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre a recomposição do saldo dos depósitos judiciais no Fundo de Reserva de que trata o art. 5º da Lei nº 15.232, de 1º de outubro 2018.

[RESOLUÇÕES Nº 115/2020 E 116/2020 DE 21 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelas operadoras do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros

[RESOLUÇÃO - CETM - Nº 114/2020 DE 20 DE ABRIL](#)

Prorroga a vigência do artigo 11 da Resolução nº 112/2020, de 18 de março de 2020, para tornar indeterminado o prazo das medidas nela previstas, enquanto perdurar o estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul para o enfrentamento da COVID-19 (novo Coronavírus).

DECRETO 55.173 E DECRETO 55.172 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Modificam o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).

LEI ORDINÁRIA 15.456 DE 19 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o poder executivo a contratar, em caráter emergencial e por tempo determinado, recursos humanos para a secretaria da saúde.

DECRETO 55.173 E DECRETO 55.172 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Modificam o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).

LEI ORDINÁRIA 15.456 DE 19 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o poder executivo a contratar, em caráter emergencial e por tempo determinado, recursos humanos para a secretaria da saúde.

NORMATIVAS FEDERAIS

LEGISLAÇÃO COVID-19

Atualização diária dos atos normativos no âmbito federal sobre COVID-19.

PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Atualizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

LEIS E EMENDAS CONSTITUCIONAIS

LEI Nº 14.190, DE 29 DE JULHO DE 2021

Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.

LEI Nº 14.186, DE 15 DE JULHO DE 2021

Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.

LEI Nº 14.179, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; e revoga dispositivos das Leis nos 8.870, de 15 de abril de 1994, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

LEI Nº 14.174, DE 17 DE JUNHO DE 2021

Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19.

LEI Nº 14.171, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o seu art. 2º; e dá outras providências.

LEI Nº 14.152, DE 19 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a extensão do prazo de validade de prescrições médicas e de pedidos de exames complementares de diagnóstico emitidos para gestantes e puérperas, e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) enquanto perdurar a pandemia de covid-19.

[LEI Nº 14.151, DE 12 DE MAIO DE 2021](#)

Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.

[LEI Nº 14.150, DE 12 DE MAIO DE 2021](#)

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

[LEI COMPLEMENTAR Nº 181, DE 6 DE MAIO DE 2021](#)

Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, e a Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente; altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conceder prazo adicional para celebração de aditivos contratuais e permitir mudança nos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento de dívidas; altera a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, para permitir o afastamento de vedações durante o Regime de Recuperação Fiscal desde que previsto no Plano de Recuperação Fiscal; altera a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, para conceder prazo adicional para celebração de contratos e disciplinar a apuração de valores inadimplidos de Estado com Regime de Recuperação Fiscal vigente em 31 de agosto de 2020; e revoga o art. 27 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

[LEI Nº 14.148, DE 3 DE MAIO DE 2021](#)

Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nos 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991.

[LEI Nº 14.131, DE 30 DE MARÇO DE 2021](#)

Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

[LEI Nº 14.128, DE 26 DE MARÇO DE 2021](#)

Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-

19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

LEI Nº 14.125, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

LEI Nº 14.124, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

LEI Nº 14.123, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, e prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.

LEI Nº 14.121, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Conversão da Medida Provisória nº 1.003, de 2020
Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelece diretrizes para a imunização da população.

LEI Nº 14.075, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

Conversão da Medida Provisória nº 982, de 2020
Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nos 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020.

LEI Nº 14.073, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

[LEI Nº 14.060, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009.

[LEI Nº 14.065, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[LEI Nº 14.058, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Conversão da Medida Provisória nº 959, de 2020

Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

[LEI Nº 14.048, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#)

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nos 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências .

[LEI Nº 14.047, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#)

Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001.

[LEI Nº 14.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#)

Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

[LEI Nº 14.045, DE 20 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.

[LEI Nº 14.043, DE 19 DE AGOSTO DE 2020](#)

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.

[LEI Nº 14.042, DE 19 DE AGOSTO DE 2020](#)

Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.

[LEI Nº 14.041, DE 18 DE AGOSTO DE 2020](#)

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

[LEI Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020](#)

Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

[LEI Nº 14.036, DE 13 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.

[LEI Nº 14.035, DE 11 DE AGOSTO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

[LEI Nº 14.025, DE 14 DE JULHO DE 2020](#)

Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

[LEI Nº 14.024, DE 9 DE JULHO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[LEI Nº 14.023, DE 8 DE JULHO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

[LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

[LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020](#)

Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

[LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020](#)

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.

[LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020](#)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

[LEI Nº 14.018, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos, no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

[LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[LEI Nº 14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.

[LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020](#)

Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

[LEI Nº 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020](#)

Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos [13.636](#), de 20 de março de 2018, [10.735](#), de 11 de setembro de 2003, e [9.790](#), de 23 de março de 1999.

[LEI Nº 13.998, DE 14 DE MAIO DE 2020](#)

Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.

[LEI Nº 13.995 DE 5 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.

[LEI Nº 13.994 DE 24 DE ABRIL DE 2020](#)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

[LEI Nº 13.993, DE 23 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

[LEI Nº 13.989 DE 15 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus .

[LEI FEDERAL 13.982 DE 02 DE ABRIL DE 2020](#)

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021](#)

Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167- A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

[EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021](#)

Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167- A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107, DE 2 DE JULHO DE 2020

Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 106 DE 08 DE MAIO DE 2020

Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.047, DE 3 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.047, DE 3 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.046, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.045, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.039, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.036, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.039, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.036, DE 17 DE MARÇO DE 2021](#)

Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.026, DE 6 DE JANEIRO DE 2021](#)

Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.005, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#)

Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 975, DE 1º DE MAIO DE 2020](#)

Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 965, DE 13 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020](#)

Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 954, DE 17 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950 DE 8 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).

[MEDIDA PROVISÓRIA 948 DE 08 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

[MEDIDA PROVISÓRIA 944 DE 03 DE ABRIL DE 2020](#)

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

[MEDIDA PROVISÓRIA 936 DE 01 DE ABRIL DE 2020](#)

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

[MEDIDA PROVISÓRIA 934 DE 01 DE ABRIL DE 2020](#)

Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[MEDIDA PROVISÓRIA 929 DE 25 DE MARÇO](#)

Abriu crédito extraordinário de R\$ 3.419.598.000 em favor de quatro ministérios: Cidadania; Defesa; Relações Exteriores; e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Do total do crédito extraordinário, R\$ 3.037.598.000 são direcionados ao Bolsa Família.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

DECRETOS

DECRETO Nº 10.751, DE 22 DE JULHO DE 2021

Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, para dispor sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.

DECRETO Nº 10.740, DE 5 DE JULHO DE 2021

Prorroga o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

DECRETO Nº 10.664, DE 31 DE MARÇO DE 2021

Altera o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço, e o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.

DECRETO Nº 10.661, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Regulamenta a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

DECRETO Nº 10.659, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Institui o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19.

DECRETO Nº 10.642, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Altera o Decreto nº 10.311, de 3 de abril de 2020, que institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.

[DECRETO Nº 10.517, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

[DECRETO Nº 10.504, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

[DECRETO Nº 10.503, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Prorroga a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam o Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020, o Decreto nº 10.302, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.352, de 19 de maio de 2020.

[DECRETO Nº 10.489, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[DECRETO Nº 10.489, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[DECRETO Nº 10.488, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências.

[DECRETO Nº 10.470, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#)

Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

[DECRETO Nº 10.464, DE 17 DE AGOSTO DE 2020](#)

Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[DECRETO Nº 10.422, DE 13 DE JULHO DE 2020](#)

Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

[DECRETO Nº 10.414, DE 2 DE JULHO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

[DECRETO Nº 10.413, DE 2 DE JULHO DE 2020](#)

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

[DECRETO Nº 10.404, DE 22 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

[DECRETO Nº 10.412, DE 30 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

[DECRETO Nº 10.407 DE 29 DE JUNHO DE 2020](#)

Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.

[DECRETO Nº 10.398, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

[DECRETO Nº 10.360, DE 21 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.

[DECRETO Nº 10.344, DE 8 DE MAIO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

[DECRETO 10.342 DE 07 DE MAIO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

[DECRETO 10.292 DE 25 DE MARÇO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

PORTARIAS

[PORTARIA Nº 655 - CASA CIVIL, DE 23 DE JUNHO DE 2021](#)

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

[PORTARIA Nº 654, DE 28 DE MAIO DE 2021](#)

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

[PORTARIA MC Nº 622 DE 31 DE MARÇO DE 2021](#)

Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

[PORTARIA MC Nº 620 DE 26 DE MARÇO DE 2021](#)

Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021, a respeito do Auxílio Emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

[PORTARIA GM/MS Nº 499, DE 19 DE MARÇO DE 2021](#)

Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

[PORTARIA GM/MS Nº 471, DE 17 DE MARÇO DE 2021](#)

Dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

[PORTARIA GM/MS Nº 431, DE 11 DE MARÇO DE 2021](#)

Autoriza leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.

[PORTARIA GM/MS Nº 398, DE 8 DE MARÇO DE 2021](#)

Altera o prazo estabelecido no § 1º, do art. 3º, da Portaria GM/MS nº 3.896, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados e Distrito Federal, para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus.

[PORTARIA GM/MS Nº 373, DE 2 DE MARÇO DE 2021](#)

Dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário.

[PORTARIA GM/MS Nº 361, DE 1º DE MARÇO DE 2021](#)

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio aos municípios que, nas competências financeiras novembro ou dezembro do ano de 2020, possuíam credenciados e implantados Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, ou Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020.

[PORTARIA GM/MS Nº 69, DE 14 DE JANEIRO DE 2021](#)

Institui a obrigatoriedade de registro de aplicação de vacinas contra a Covid-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde.

[PORTARIA Nº 22.647 - MINI. DA ECONOMIA, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo I da Medida Provisória no 967, de 19 de maio de 2020, convertida na Lei nº 14.055, de 10 de setembro de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 444.900.000,00.

PORTARIA Nº 509 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Prorroga o prazo estabelecido na Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.

PORTARIA Nº 429 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que trata dos requisitos para a reestruturação de contrato de dívida de ente subnacional, garantido pela União e contraído até 1º de março de 2020, para fins de previsão da possibilidade da securitização do contrato da nova dívida, no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2.

PORTARIA Nº 2.027 - MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus.

PORTARIA Nº 16.655 - MINI. DA ECONOMIA, DE 14 DE JULHO DE 2020

Disciplina hipótese de recontratação nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Processo nº 19965.108664/2020-06).

PORTARIA Nº 14.816 - MIN. DA ECONOMIA, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a aplicação do art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social, e altera, em caráter excepcional, parâmetros técnico-atuariais aplicáveis aos RPPS.

PORTARIA Nº 1.587 - MIN. DA SAÚDE, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Força Tarefa de Fundamentação.

PORTARIA CONJUNTA Nº 19 - MIN. ECONOMIA, SAÚDE E AGRICULTURA, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano e laticínios.

[PORTARIA Nº 14.782 - MIN. DA ECONOMIA, DE 19 DE JUNHO DE 2020](#)

Disciplina procedimentos relativos ao recurso de embargo e interdição em atividades essenciais, assim consideradas aquelas definidas no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[PORTARIA CONJUNTA Nº 20 - MIN. ECONOMIA E SAÚDE, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#)

Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51)

[PORTARIA Nº 510 - MIN. DA SAÚDE, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#)

Inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimento de diária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

[PORTARIA Nº 544 - MIN. DA EDUCAÇÃO, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

[PORTARIA Nº 413 DO MIN. DA CIDADANIA, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

[PORTARIA Nº 1.521 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

[PORTARIA Nº 1.514 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19.

[PORTARIA Nº 237 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE 18 DE MARÇO DE 2020 \(REPUBLICADA EM 15/06\)](#)

Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19.

[PORTARIA Nº 245 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE 24 DE MARÇO DE 2020 \(REPUBLICADA EM 15/06\)](#)

Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento da COVID-19.

[PORTARIA Nº 255 - CASA CIVIL, DE 22 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

[PORTARIA Nº 1.393 - MIN. DA SAÚDE, DE 21 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19.

[PORTARIA Nº 1.280 - MIN. DA SAÚDE, DE 18 DE MAIO DE 2020](#)

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.

[PORTARIA Nº 69 - MIN. DA CIDADANIA, DE 14 DE MAIO DE 2020](#)

Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.

[PORTARIA Nº 386 - MIN. DA CIDADANIA, DE 14 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020.

[PORTARIA Nº 378 - MIN. DA CIDADANIA, DE 7 DE MAIO DE 2020](#)

Dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.

[PORTARIA Nº 59 - SNAS, DE 23 DE ABRIL DE 2020](#)

Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.

[PORTARIA Nº 758, DE 9 DE ABRIL DE 2020](#)

Define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no SUS.

[PORTARIA Nº 859, DE 6 DE ABRIL DE 2020](#)

Reconhece o Estado de Calamidade Pública no município de Porto Alegre/RS.

[PORTARIA 139 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DE 03 DE ABRIL DE 2020](#)

Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.

[PORTARIA Nº 152 DA CASA CIVIL DE 27 DE MARÇO DE 2020](#)

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

[PORTARIA Nº 580 DO MS DE 27 DE MARÇO DE 2020](#)

Dispõe sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Residentes na área de Saúde", para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).

OUTRAS NORMATIVAS

[RESOLUÇÃO RDC Nº 465, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021 - MS](#)

Estabelece a dispensa de registro e da autorização de uso emergencial e os procedimentos para importação e monitoramento das vacinas Covid-19 adquiridas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

[RESOLUÇÃO Nº 860 - MIN. DA CIDADANIA, DE 29 DE ABRIL DE 2020](#)

Dispõe sobre a criação de plataforma digital de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine, dedicada a promover e facilitar a contratação de profissionais para atuar no enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 377, DE 28 DE ABRIL DE 2020

Autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaios imunocromatográficos) para a COVID-19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.

RECOMENDAÇÃO GIAC-COVID-19 Nº 1 - MPU/PGR, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o acompanhamento e fiscalização, por parte dos Ministérios Públicos, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

RECOMENDAÇÃO Nº 1 - MIN. CIDADANIA, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.932 - RECEITA FEDERAL, DE 03 DE ABRIL DE 2020

Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 - MIN. DA CIDADANIA, DE 29 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos extraordinários referentes aos parcelamentos de débitos regulados pelo art. 64 da Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, em razão da Covid-19, face às diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 - MIN. CIDADANIA DE 20 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) em razão da Covid-19 e em face das diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal.